

Comunicado Conjunto

Como se não fossem já suficientemente penalizantes todas as medidas aplicadas aos cidadãos em geral, universo em que se incluem os militares a quem, cegamente e sem respeito pela especificidade da sua Condição Militar, se aplicaram todas as mesmas medidas, encontram-se agora os militares e suas famílias sob a ameaça de uma eventual medida extraordinária decorrente de uma má acção legislativa.

Como estamos recordados, o Despacho Conjunto dos ministérios das Finanças e Defesa Nacional de 9 de Setembro de 2011 determinava que os três ramos das Forças Armadas, procedessem até 31 de Outubro à reconstituição casuística das situações identificadas no relatório da Inspecção Geral de Finanças (IGF), fazendo regredir todos os casos alegadamente irregulares aos valores de remuneração em vigor a 31 de Dezembro de 2009.

Os titulares dos ministérios supracitados, dando como boas as conclusões da IGF (que não tiveram no entanto em conta o contraditório apresentado pelos chefes militares), reconhecem contudo, que *“na sua origem estão omissões regulamentares de quem tinha competência na matéria”* (os seus antecessores), só que em vez de procurarem resolver as ditas omissões regulamentares, pretendem que sejam os militares a pagar algo para o qual não contribuíram, lançando sobre as chefias dos ramos, e por consequência sobre todos os militares, um anátema de ilegalidade, de todo inaceitável.

Conforme temos afirmado, não aceitamos, nem aceitaremos, quaisquer consequências provocadas pelo dito despacho, já conhecido nos meios militares como o “Despacho Maldito”, que venham a remeter para os militares o “odioso da questão”. Repetidamente, e por escrito, procuraram os Ramos inquirir a tutela de como aplicar e interpretar a Lei, o que nunca mereceu resposta.

Os militares não produziram esta legislação nem as associações, como a Lei obriga, foram ouvidas! Por isso não podem ser os militares e suas famílias, já severamente castigados pelas medidas impostas pelo governo e pela chamada “troika”, a ser novamente esbulhados de parte dos seus vencimentos.

Qualquer forma de regressão na tabela retributiva – que maioritariamente atingirá Sargentos e Praças – nunca será aceite pelos militares, porque não podem ser responsabilizados pelas omissões regulamentares produzidas por quem tem responsabilidades na matéria.

Por estes motivos apelamos aos militares para que compareçam na **“Concentração Contra a Regressão”** que irá ter lugar no próximo **dia 28 de Dezembro de 2011, a partir das 18H00**, em frente ao **Ministério da Defesa Nacional, em Lisboa**.

Conscientes da quadra festiva e de Paz que vivemos, esperamos que a presença dos militares nesta concentração ajude os responsáveis políticos a perceber que o espírito natalício não deve ser aproveitado para mais ataques aos escassos direitos que nos assistem, nem apenas de preocupação para com aqueles que, por força das suas missões, se encontram ausentes do seio familiar mas deve ser igualmente uma preocupação para com todos os militares e suas famílias, pois independentemente do local onde se encontrem a prestar serviço, são eles o garante da soberania, dos valores democráticos e do respeito pela Constituição da República Portuguesa.

23 de Dezembro de 2011

As Direcções das ANS e AP

ANS – Associação Nacional de Sargentos – R. Barão de Sabrosa, 57 – 2º - 1900-088 Lisboa

Tel: 218 15 4 966 • Fax: 218 154 958 • E-mail: contacto@ans.pt

AP – Associação de Praças – Rua Varela Silva, Lote 12 –Loja B – 1750-403 Lisboa

Tel: 217 552 939 • Fax: 214 056 487 • E-Mail: geral@apracas.pt



ANS



AP